



Demonstrações Financeiras 2021

Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Parque das Araucárias - Sicredi
Parque das Araucárias PR/SC/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste documento, a administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Mesmo com o cenário de pandemia, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo.

Por meio das linhas de crédito concedidas aos associados nas cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades nas regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito tradicionais continuaram ativas, assim como as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilitou ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um na retomada e manutenção dos negócios.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), viabilizando muitas de nossas demandas uma vez que, esses são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações. Em paralelo, voltamos a operar de forma presencial em todas as agências, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados.

Durante esse período de retomada, um dos principais fatos administrativos foi a transformação digital, que trouxe ainda mais praticidade e conforto aos nossos associados e colaboradores. A entrega nessa área que mais se destacou foi a assinatura eletrônica, pelo fato de ter sido entregue no período em que muitas pessoas se isolaram por conta das restrições de circulação. Essa facilidade permitiu que o atendimento ao associado continuasse, mesmo a distância. Nesse sentido, o WhatsApp Enterprise com o Assistente Virtual "Theo" também trouxe mais segurança e praticidade no relacionamento com o associado. Outro ponto de destaque foi o início das atividades de automação interna, que nasceu para reduzir o operacional das agências, possibilitando que os colaboradores direcionem mais tempo para atendimento dos associados. Outra novidade foi a "Plataforma PF", que entrou em ação para agilizar a abertura da conta, que agora pode ser realizada no primeiro contato com o novo associado e em menos de 15 minutos.

Em outra frente, a cooperativa desenvolveu inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua. A seguir listamos os principais negócios sociais realizados em 2021: por meio do programa "A União Faz a Vida" beneficiamos 6.203 alunos de 40 escolas a partir de atividades interdisciplinares e formações pedagógicas que contaram com o envolvimento de 584 educadores. Ao longo do ano, os projetos e iniciativas de educação financeira promovidas pelos colaboradores impactaram 3.084 pessoas. Os treinamentos e orientações foram realizados principalmente durante a Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF), em escolas, empresas e instituições em toda a área da atuação da cooperativa. Ao longo do mês de julho, por conta do Dia de Cooperar (Dia C), nossas equipes realizaram várias atividades solidárias e ambientais, como arrecadações de doativos, limpeza às margens de rios e plantio de mudas de árvores, doação de sangue, realização de exames de saúde, entre outras. A participação está na essência da nossa governança e, por isso, a cooperativa mantém o Programa Crescer, iniciativa voltada para a capacitação de novas lideranças para o cooperativismo pela qual foram realizadas cerca de 75 turmas, capacitando mais de 720 associados. Em 2021, a cooperativa também realizou mais uma edição da campanha "Inverno Cooperativo Sicredi", envolvendo 33 agências em 28 municípios. A mobilização arrecadou um total de 6.451 itens, sendo 5.713 agasalhos, 444 calçados e 294 cobertores. Além disso, a campanha também arrecadou 2.295 kg de alimentos não perecíveis e R\$ 4,3 mil. Todos os doativos foram entregues a entidades e organizações assistenciais do Sudoeste do Paraná, Oeste e Meio-Oeste de Santa Catarina e Noroeste de São Paulo, a área de atuação da cooperativa. Durante o mês de dezembro, realizamos a campanha "Natal Cooperativo", cujo objetivo foi estimular ações de voluntariado entre colaboradores, associados e a comunidade em geral.

Para ampliar ações de sustentabilidade e diversidade, em 2021 buscamos recursos fora do Brasil através de captações. Na primeira delas, firmamos um acordo com a International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, para estimular projetos de energia solar.

Em outra captação internacional, buscamos recursos para micro, pequenas e médias empresas brasileiras lideradas por mulheres. A iniciativa inclui o fator gênero como critério para o uso dos recursos, assim como outros fatores sociais e ambientais. O acordo de parceria foi firmado junto à DEG, Instituição de desenvolvimento financeiro alemã, subsidiária do Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), e à agência de fomento francesa Proparco, subsidiária do Banco de Desenvolvimento Francês (AFD), instituições financeiras de desenvolvimento (DFIs na sigla em inglês) que possuem o objetivo de prover financiamento e capital de longo prazo a empresas privadas em países emergentes e em desenvolvimento. Em dezembro, conquistamos o Troféu Protagonistas da Comunidade, prêmio promovido pela Central PR/SP/RJ para reconhecer as boas iniciativas das cooperativas. O projeto vencedor foi "Quem Cooperar Cuida", da agência de Mariópolis (PR), premiado na categoria "A União faz a Vida".

De forma local, trabalhamos fortemente para que as demandas dos associados fossem atendidas, especialmente aquelas relacionadas ao enfrentamento da pandemia e à retomada econômica. Entre as ações, destacamos a campanha "Sicredi Pela Vida", no primeiro semestre de 2021. A iniciativa destinou aproximadamente R\$ 90 mil para a compra de equipamentos e insumos hospitalares, contribuindo com o enfrentamento à pandemia de Covid-19. Os recursos foram destinados para o atendimento prioritário das demandas verificadas em todos os 28 municípios da nossa área de atuação da cooperativa. Os recursos foram utilizados na compra de capacetes de oxigenação, respiradores, equipamentos de proteção individual, e outros insumos, de acordo com as necessidades que foram apuradas junto aos poderes públicos locais, hospitais e entidades que atuaram no enfrentamento e prevenção da doença.

Ao longo do segundo semestre de 2021, realizamos a campanha "Semana da Economia Local". A ação foi promovida em conjunto com associações comerciais, câmaras de dirigentes lojistas e outras entidades parceiras com o objetivo de estimular a movimentação em lojas e prestadores de serviços dos mais variados segmentos. De modo geral, a campanha distribuiu cupons aos consumidores que adquiriram produtos e serviços nos estabelecimentos cadastrados para concorrer a prêmios em dinheiro. A quantidade de sorteados e os valores dos prêmios variaram entre R\$ 500 e R\$ 1.000, conforme os regulamentos da campanha em cada localidade. Em alguns municípios também foram concedidos prêmios aos lojistas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

ATIVO		31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		1.710.905	1.322.095	PASSIVO		1.521.750	1.160.714
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	7.919	10.547	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.050.976	845.740
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.685.780	1.292.753	Depósitos à vista		275.583	222.393
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	64.047	15.264	Depósitos interfinanceiros		44.687	18.404
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	349.782	2.501	Depósitos a prazo		730.706	604.943
Centralização financeira	(Nota 04)	270.225	527.257	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		378.043	241.892
Relações interfinanceiras		227	555	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	366.578	230.445
Operações de crédito	(Nota 07)	928.741	698.997	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	8.079	7.980
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	72.758	48.179	Obrigações por repasses	(Nota 15)	935	1.576
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(31.954)	(26.451)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	2.451	1.891
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	5.253	7.797	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	2.690	3.046
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	20.379	15.724	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	90.041	70.036
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	19.144	17.362				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	4.384	4.363	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	189.155	161.381
				CAPITAL SOCIAL		59.686	53.423
				RESERVAS DE SOBRAS		123.678	103.080
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		5.791	4.878
TOTAL DO ATIVO		1.710.905	1.322.095	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.710.905	1.322.095

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

Descrição das contas	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	88.778	152.244	118.569
Operações de crédito (Nota 07)	67.847	123.781	107.753
Resultado de títulos e valores mobiliários	13.113	17.401	364
Resultado das aplicações compulsórias	6	11	11
Ingressos de depósitos intercooperativos	7.812	11.051	10.441
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(41.711)	(65.713)	(39.842)
Operações de captação no mercado (Nota 12)	(20.640)	(28.540)	(13.702)
Operações de empréstimos e repasses	(9.181)	(15.368)	(9.936)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(11.890)	(21.805)	(16.204)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	47.067	86.531	78.727
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(26.717)	(49.912)	(46.935)
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	18.940	36.919	28.981
Rendas de tarifas bancárias	5.020	9.950	9.428
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 23)	(22.566)	(42.753)	(36.235)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	(21.089)	(40.485)	(35.416)
Dispêndios e despesas tributárias	(154)	(349)	(800)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	4.193	7.724	8.575
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	(11.061)	(20.918)	(21.468)
RESULTADO OPERACIONAL	20.350	36.619	31.792
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	20.350	36.619	31.792
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	140	-	(956)
Provisão para Imposto de Renda	86	-	(587)
Provisão para Contribuição Social	54	-	(369)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.735)	(6.294)	(4.584)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	16.755	30.325	26.252

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2020	49.324	82.253	2.000	3.729	137.306
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(3.692)	(3.692)
Outras destinações	-	-	-	(37)	(37)
Capital de associados					
Aumento de capital	4.915	-	-	-	4.915
Baixas de capital	(2.366)	-	-	-	(2.366)
Resultado do período	-	-	-	26.252	26.252
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(975)	(975)
Juros sobre o capital próprio	1.550	-	-	(1.572)	(22)
Reserva legal - Estatutária	-	13.660	-	(13.660)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.667	2.500	(5.167)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2020	53.423	98.580	4.500	4.878	161.381
Mutações do Exercício	4.099	16.327	2.500	1.149	24.075
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	53.423	98.580	4.500	4.878	161.381
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(4.819)	(4.819)
Outras destinações	-	-	-	(59)	(59)
Capital de associados					
Aumento de capital	6.275	-	-	-	6.275
Baixas de capital	(2.284)	-	-	-	(2.284)
Resultado do período	-	-	-	30.325	30.325
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.158)	(1.158)
Juros sobre o capital próprio	2.272	-	-	(2.323)	(51)
Reserva legal - Estatutária	-	16.213	-	(16.213)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.385	2.000	(4.385)	-
Fundo social - Recuperação de prejuízo	-	-	-	(455)	(455)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	59.686	117.178	6.500	5.791	189.155
Mutações do Exercício	6.263	18.598	2.000	913	27.774
Saldos no início do semestre em 01/07/2021 (Não auditado)	55.456	98.580	4.500	13.570	172.106
Capital de associados					
Aumento de capital	2.917	-	-	-	2.917
Baixas de capital	(959)	-	-	-	(959)
Resultado do semestre	-	-	-	16.755	16.755
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.158)	(1.158)
Juros sobre o capital próprio	2.272	-	-	(2.323)	(51)
Reserva legal - Estatutária	-	16.213	-	(16.213)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.385	2.000	(4.385)	-
Fundo social - Recuperação de prejuízo	-	-	-	(455)	(455)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	59.686	117.178	6.500	5.791	189.155
Mutações do Semestre	4.230	18.598	2.000	(7.779)	17.049

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	22.105	38.992	29.089
Resultado do semestre/exercício	16.755	30.325	26.252
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.350	8.667	2.837
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.182	5.503	(607)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(1)	(1)	29
Depreciação e amortização	2.459	4.619	3.940
Baixas do ativo permanente	16	60	70
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(148)	(356)	380
Destinações ao FATES	(1.158)	(1.158)	(975)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(12.590)	32.949	190.707
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(42.081)	(48.783)	10.718
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(7.997)	(28.210)	(2.501)
Redução em relações interfinanceiras ativas	11.788	328	103
(Aumento) em operações de crédito	(162.221)	(229.744)	(134.582)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	88.898	136.133	44.111
(Aumento) em outros ativos financeiros	(18.807)	(24.579)	(13.867)
(Aumento) Redução em outros ativos	1.904	2.545	(511)
Aumento em depósitos	94.414	205.236	266.307
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(249)	560	(160)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(268)	(542)	1.617
Absorção de dispêndios pelo FATES	(375)	(1.027)	(529)
Aumento em outros passivos	22.404	21.032	20.001
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	9.515	71.941	219.796
Aquisição de investimentos	(4.656)	(4.655)	(221)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.368)	(4.979)	(7.344)
Aplicações no intangível	(854)	(1.503)	(1.102)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(7.878)	(11.137)	(8.667)
Integralização de capital	2.917	6.275	4.915
Baixa de capital	(959)	(2.284)	(2.366)
Juros ao capital próprio	(51)	(51)	(22)
Distribuição de Sobras	-	(4.878)	(3.729)
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	(455)	(455)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	1.452	(1.393)	(1.202)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.089	59.411	209.927
Caixa e equivalente de caixa no início do período	594.126	537.804	327.877
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	597.215	597.215	537.804

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 82.065.285/0001-03

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	16.755	30.325	26.252
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	16.755	30.325	26.252

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Parque das Araucárias - Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 07/02/1990 e sede situada na Av. Brasil, 543, na cidade de Mariópolis - Paraná. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.127 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 36 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

(a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A cooperativa entende que os valores aplicados nas Centrais via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como Intermediação Financeira, logo essa classificação é a mais adequada.

(b) Resultado não operacional

Entre as alterações normativas decorrentes da Resolução BCB nº2/20 ocorreu a mudança na forma de apresentação das demonstrações de sobras ou perdas. A cooperativa entende que o saldo relativo as sobras ou perdas do resultado não operacional não é mais parte integrante deste demonstrativo, conforme entendimento anteriormente adotado. Desta forma, a cooperativa reclassificou os saldos por natureza nos grupos de contas de outros ingressos e receitas operacionais e outros dispêndios e despesas operacionais, para fins de favorecer a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Os valores reclassificados estão demonstrados nos quadros abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	108.128	10.441	118.569
Ingressos Depósitos Intercooperativos	-	10.441	10.441
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(37.061)	(9.874)	(46.935)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	18.213	(9.638)	8.575
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	(21.232)	(236)	(21.468)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	567	(567)	-

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/71.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 550 (2020 - R\$ 3.005) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades, pelos valores aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicoop, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata-die* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ é de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CSLL no qual a alíquota passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022, aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas. O detalhamento dos impactos é apresentado na NOTA 32.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	7.919	10.547
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	319.071	-
Centralização financeira	270.225	527.257
Total	597.215	537.804

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 99% do CDI (dezembro de 2020 - 97%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	-	30.632	-	30.632	-
DI entre Banco e Cooperativa	-	2.114	31.301	33.415	15.264
Total	-	32.746	31.301	64.047	15.264

Total circulante	32.746	107
Total não circulante	31.301	15.157

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 130% do CDI.

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2021				31/12/2020
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	3.281	24.984	2.446	30.711	2.501
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	319.071	-	-	319.071	-
Total	322.352	24.984	2.446	349.782	2.501

Total circulante	347.336	2.501
Total não circulante	2.446	-

A Circular nº 3.068/01 do BACEN, que trata sobre a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para o registro e avaliação contábil da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é obtido a partir da curva de juros, baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3, e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2021				31/12/2020	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	11.670	96.123	169.106	228.797	505.696	396.198
Financiamentos	639	13.041	34.006	63.346	111.032	90.773
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.112	38.068	127.753	145.080	312.013	212.026
Total das operações de crédito	13.421	147.232	330.865	437.223	928.741	698.997
Avais e fianças honrados (Nota 08)	123	4	-	-	127	132
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	-	309	671	980	-
Títulos e créditos a receber (Nota 08)	-	48.505	16.385	77	64.967	45.159
Total de outros créditos	123	48.509	16.694	748	66.074	45.291
Carteira total	13.544	195.741	347.559	437.971	994.815	744.288

Total circulante	556.844	421.736
Total não circulante	437.971	322.552

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
AA	-	113.450	57.144	-	-
A	0,50	486.429	296.781	2.430	1.480
B	1,00	261.866	252.098	2.617	2.513
C	3,00	80.268	84.125	2.407	2.523
D	10,00	18.437	28.977	1.843	2.898
E	30,00	10.805	7.595	3.241	2.279
F	50,00	5.234	3.524	2.617	1.762
G	70,00	5.090	3.494	3.563	2.446
H	100,00	13.236	10.550	13.236	10.550
Total		994.815	744.288	31.954	26.451

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução BACEN nº 4.800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 136.275 (dezembro de 2020 - R\$ 96.766) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 1.433 (dezembro de 2020 - R\$ 1.135) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2021				31/12/2020	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	7.014	73.133	81.524	98.179	259.850	227.141
Rural	1.112	38.068	127.753	145.080	312.013	212.026
Industrial	346	9.620	17.724	17.161	44.851	27.753
Comércio	2.176	39.324	59.103	84.468	185.071	146.703
Pessoas jurídicas	2.896	35.596	61.455	93.083	193.030	130.665
Total	13.544	195.741	347.559	437.971	994.815	744.288

Total circulante	556.844	421.736
Total não circulante	437.971	322.552

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	62.225	6,25	41.297	5,55
50 devedores seguintes	111.919	11,25	93.945	12,62
100 devedores seguintes	116.090	11,67	98.164	13,19
Demais	704.581	70,83	510.882	68,64
Total	994.815	100,00	744.288	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	26.451	27.058
Constituição de provisão	36.839	34.239
Reversão de provisão	(15.034)	(18.035)
Movimentação de baixados para prejuízo	(16.302)	(16.811)
Saldo final	31.954	26.451

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	48.066	86.615	74.873
Financiamentos	7.270	13.634	13.413
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.281	16.631	12.148
Outros	51	78	68
Subtotal	64.668	116.958	100.502
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	3.179	6.823	7.251
Total	67.847	123.781	107.753

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.748 (2020 - R\$ 10.131).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	64.967	45.159
Rendas a receber	1.684	1.744
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	980	-
Avais e fianças honrados (Nota 07)	127	132
Transações com cartão de crédito	3.075	751
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17)	1.925	393
Total	72.758	48.179

Total circulante	70.085	47.772
Total não circulante	2.673	407

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	3.041	5.903
Adiantamentos e antecipações salariais	193	296
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	74	8
Adiantamentos para Confederação Sicredi	698	742
Impostos e contribuições a compensar	332	45
Cotas de consórcio	20	25
Pendências a regularizar	417	235
Valores em análise pela SFG	26	4
Outros	417	539
Total circulante	5.218	7.797

Outros valores e bens	35	-
Total não circulante	35	-
Total	5.253	7.797

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	3.005	5.861
Imóveis	2.949	5.755
Veículos	56	106
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(69)	(70)
Despesas antecipadas	105	112
Total circulante	3.041	5.903

Despesas antecipadas	35	-
Total não circulante	35	-

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(70)	(41)
Constituição de provisão	-	(29)
Reversão de provisão	1	-
Saldo final	(69)	(70)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	12.110	10.900
Sicredi Participações S.A.	8.268	4.823
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	20.379	15.724

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	2.679.961 ON 5.587.772 PN	1.562.602 ON 3.259.940 PN	1 Quotas	1 Quotas	12.110.620 Quotas	10.900.148 Quotas
Percentual de participação	0,39%	0,41%	0,62%	0,62%	3,33%	3,42%
Capital social	2.108.211	1.178.211	161	161	363.323	318.901
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	364.897	320.371
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.363	-	-
Valor do investimento	8.268	4.823	1	1	12.110	10.900

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	33.424	(14.280)	19.144	17.362
Imobilizações em curso	-	461	-	461	148
Terrenos	-	3.675	-	3.675	3.600
Instalações	10%	4.853	(2.842)	2.011	2.017
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.880	(873)	2.007	802
Móveis e equipamentos	10%	11.495	(4.325)	7.170	7.807
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.367	(824)	1.543	948
Equipamentos de processamento de dados	20%	7.167	(4.983)	2.184	1.857
Veículos	20%	526	(433)	93	183

Intangível		13.578	(9.194)	4.384	4.363
Investimentos Confederação	10%	13.116	(8.898)	4.218	4.336
Outros ativos intangíveis	10%	462	(296)	166	27

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

a) Composição dos depósitos por prazos de vencimento

Depósitos	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	275.583	-	-	275.583	222.393
Depósitos interfinanceiros	5.700	18.191	20.796	44.687	18.404
Depósitos a prazo	15.303	27.372	688.031	730.706	604.943
Total	296.586	45.563	708.827	1.050.976	845.740

Total circulante	342.149	268.467
Total não circulante	708.827	577.273

b) Despesas com operações de captações no mercado

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	959	1.237	331
Depósitos de aviso prévio	63	89	60
Depósitos a prazo	18.879	25.814	12.238
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	739	1.400	1.073
Total	20.640	28.540	13.702

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Repasse interfinanceiros	366.574	230.443
Recebimentos e pagamentos a liquidar	4	2
Total	366.578	230.445

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	39.322	151.016	145.223	335.561	213.360
Total - Recursos do Crédito Rural	39.322	151.016	145.223	335.561	213.360
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	220	62	30.731	31.013	17.083
Total - Outros Recursos	220	62	30.731	31.013	17.083
Total	39.542	151.078	175.954	366.574	230.443

Total circulante	190.620	137.703
Total não circulante	175.954	92.740

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 12,75% a.a. com vencimentos até 02/12/2031, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de CDI + 2,24% a.a. com vencimentos até 15/03/2028 e com 124,6% do CDI com vencimentos até 15/11/2028. Os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.328	6.751	8.079	7.980
Total	-	1.328	6.751	8.079	7.980
Total circulante				1.328	46
Total não circulante				6.751	7.934

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2021				31/12/2020
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	157	471	306	934	1.576
CEF	1	-	-	1	-
Total	158	471	306	935	1.576
Total circulante				629	629
Total não circulante				306	947

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 05/10/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.433	1.135
Recursos em trânsito de terceiros	1.018	756
Total circulante	2.451	1.891

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	Provável	2.143	2.265
Cível	Provável	547	781
Total não circulante		2.690	3.046

Natureza	31/12/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2021
Trabalhista	2.265	-	(122)	2.143
Cível	781	11	(245)	547
Total não circulante	3.046	11	(367)	2.690

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 550, R\$ 1.203 e R\$ 112 (dezembro de 2020 - R\$ 550, R\$ 918 e R\$ 71), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 1.925 (dezembro de 2020 - R\$ 393), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Transações com cartões de crédito	64.087	43.257
Provisão para pagamentos a efetuar	6.004	4.298
Cotas de capital a pagar	3.635	3.062
Provisão para participações nos lucros	6.517	5.039
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.407	1.275
Fundo Social	455	-
Impostos e contribuições a recolher	1.405	1.546
Credores diversos	4.328	6.271
Cheques administrativos	-	3.886
Cobrança e arrecadação de tributos	312	1
Pendências a regularizar	1.891	1.401
Total circulante	90.041	70.036

As transações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojaista.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	59.686	53.423
Total de associados	68.115	60.428

Em 31 de dezembro de 2021, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.263 (dezembro de 2020 – R\$ 4.099), sendo R\$ 2.272 (dezembro de 2020 – R\$ 1.550) via integralização de resultados e R\$ 6.275 (dezembro de 2020 – R\$ 4.915), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.284 (dezembro de 2020 – R\$ 2.366).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,19% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.323, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 70% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal, Reserva de Expansão e Fundo Social conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	36.619	31.792
Participação nas sobras	(6.294)	(4.584)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	30.325	27.208
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(13.646)	(10.883)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	13.399	9.298
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.045	629
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(18)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(956)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e irá retornar para 15% a partir de janeiro de 2022.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	64.047	15.264
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	349.782	2.501
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	270.225	527.257
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	1.327	1.430
Outros ativos (Nota 09)	698	742
Investimentos (Nota 10)	20.379	15.724
Intangível (Nota 11)	4.218	4.336
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	44.687	18.404
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	366.574	230.443
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	8.079	7.980
Outros passivos (Nota 18)	62.217	41.297
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	17.401	364
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	9.775	7.832
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	389	368
Doação SFG (Nota 25)	-	628
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 12)	1.237	331
Operações de empréstimos e repasses	15.322	9.903
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	2.637	2.154
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	11.292	10.673

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2021	% em relação ao total	31/12/2020
Depósitos à vista	155	0,06%	551
Depósitos a prazo	3.540	0,48%	3.051
Operações de crédito	2.790	0,30%	2.120

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	3.219	3.150

NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Cartões	6.366	11.593	7.755
Cobrança	2.704	5.177	4.528
Comissões	18	54	-
Consórcios	1.067	2.011	1.801
Convênios	511	1.051	860
Distribuição de produtos e serviços bancários	4.350	9.504	7.628
Processamento da compensação	32	78	107
Seguros	2.782	5.399	4.643
Taxas e tarifas	389	774	798
Antecipação de recebíveis	575	1.003	625
Outros serviços	146	275	236
Total	18.940	36.919	28.981

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	12.253	23.644	20.229
Benefícios	5.559	10.517	8.648
Encargos sociais	4.639	8.381	7.213
Treinamentos	115	211	145
Total	22.566	42.753	36.235

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	545	1.055	823
Aluguéis	2.580	4.887	4.200
Comunicação	653	1.292	1.326
Manutenção e conservação	1.312	2.487	2.159
Material de expediente	413	681	542
Processamento dados	927	1.812	1.250
Propaganda e publicidade	453	799	691
Promoções e relações públicas	1.786	3.428	4.414
Serviços do sistema financeiro	1.771	3.592	2.851
Assessoria e consultoria	50	54	2
Serviços jurídicos	110	186	168
Serviços de terceiros	506	1.109	1.456
Serviços de técnicos especializados	2.976	5.510	3.551
Serviços de vigilância e segurança	1.432	2.809	2.403
Serviços de transportes	1.055	1.968	1.884
Depreciação	1.670	3.136	2.417
Amortização (Rateio Confederação)	760	1.442	1.500
Amortização outros ativos intangíveis	29	41	23
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	375	1.027	526
Emolumentos e taxas diversas	345	671	615
Ressarcimento tarifas	162	336	414
Outras despesas administrativas	1.179	2.163	2.201
Total	21.089	40.485	35.416

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Absorção de dispêndios - FATES	375	1.027	529
Lucros na alienação de valores e bens	2	44	29
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores	-	-	628
Recuperação de encargos e despesas	409	744	420
Reversão de provisões operacionais	412	849	716
Reversão de provisões impostos folha	1.010	1.287	1.120
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	339	691	741
Reversão de provisões para passivos contingentes	152	367	2.700
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	978	1.881	946
Outras rendas operacionais	516	834	746
Total	4.193	7.724	8.575

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	921	1.860	2.627
Contribuições Cooperativistas	138	247	224
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	129	371	601
Contribuição Confederação Sicredi	4.889	8.717	7.797
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	505	926	930
Encargos da administração financeira	1	1	3
Repasse Administradora de Cartões	-	-	127
Prejuízo na alienação de valores e bens	23	155	73
Provisões para garantias financeiras prestadas	748	988	675
Provisões para passivos contingentes	4	11	3.111
Outras provisões operacionais	752	1.447	1.205
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	2.381	4.528	3.134
Risco operacional	123	395	365
Juros e comissões	8	11	23
Outras despesas operacionais	439	1.261	573
Total	11.061	20.918	21.468

NOTA 27 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2021 (Não auditado)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes das destinações	16.754	30.325	26.252
Eventos não recorrentes	-	-	628
Resultado recorrente	16.754	30.325	25.624

NOTA 28 – COBRIGACÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de garantias prestadas	136.275	96.766
Total	136.275	96.766

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades".

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento do risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	184.771	157.018
Nível I (NI)	184.771	157.018
Capital principal - CP	184.771	157.018
Capital social	59.686	53.423
Reservas de capital	123.678	103.080
Lucros acumulados	5.791	4.878
Ajustes Prudenciais	(4.384)	(4.363)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.147.904	870.579
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.780	2.407
Margem de Capital	67.201	74.082
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,10%	18,04%
Situação de Imobilização (Imob)	19.145	17.363
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,36%	11,06%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentando à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país ao longo do período. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Fabio Vedelago Burille
Diretor Executivo
CPF: 030.980.049-83

Alcimar Gerhard
Diretor de Operações
CPF: 895.006.449-91

Alcimar Gerhard
Contador
CRC: PR-045287/O-6
CPF: 895.006.449-91